

## O Experimento na Psicologia Social: Sobre a Pesquisa Experimental em um Meio Relativista

Experimental Method in Social Psychology: On Experimental Research in a Relativistic Milieu

Marcos Emanuel Pereira<sup>1</sup>

### Resumo

A pesquisa experimental não é adotada pelos psicólogos brasileiros na mesma proporção em que é utilizada nas pesquisas conduzidas em outros contextos geográficos. Com base nesta premissa, procura-se identificar as razões e as justificativas deste relativo desinteresse pela metodologia experimental em determinados contextos. Discutem-se as diferenças entre a pesquisa experimental e a não experimental, levando-se em consideração os compromissos adotados pelos pesquisadores que acolhem a estas diferentes modalidades de investigação. Posteriormente são apresentados os principais argumentos relativistas contra a adoção da pesquisa experimental e as respostas apresentadas pelos experimentalistas. Conclui-se que é injustificado defender a tese de que a psicologia pode prescindir de um método adotado com sucesso em várias outras disciplinas científicas.

**Palavras-chave:** Experimento; psicologia social; relativismo; realismo crítico.

### Abstract

Experimental research is not adopted by Brazilian social psychologists in the same proportion as it is used in other geographical contexts. Based on this premise, this paper intends to identify why experimental method is neglected in some contexts. It discusses the differences between the experimental and non-experimental research, taking into account the commitments adopted by researchers with different research backgrounds. We present some relativist arguments against the experimental research in social psychology and the replies given by experimentalists. The conclusion of this paper is that it seems unreasonable to defend the thesis that psychology can abandon a method widely adopted in other scientific disciplines.

**Keywords:** Experiment; social psychology; relativism; critical realism.

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia

Afora alguns grupos facilmente localizáveis e quase sempre subordinados a determinadas linhas de pesquisa de uns poucos programas de pós-graduação, o uso da pesquisa experimental na psicologia social parece ser bastante incipiente em nosso meio. Se esta situação fosse a mesma em outros países, esta observação mereceria pouco destaque, mas uma rápida leitura nos trabalhos publicados em periódicos como o *Journal of Personality and Social Psychology* ou no *Personality and Social Psychology Bulletin* é suficiente para desvanecer esta falsa impressão. A análise dos programas ou do livro de resumos de congressos internacionais de grande porte, tais como o *International Congress of Psychology*, reforça a impressão de que os conteúdos oferecidos em sala de aula durante os cursos de graduação em psicologia ou mesmo as pesquisas desenvolvidas pela maior parte dos psicólogos sociais brasileiros guardam uma correspondência muito tênue, se guardam alguma, com tópicos, temas ou com as tradições teóricas desenvolvidas em outros contextos geográficos. Este distanciamento em rela-

ção aos métodos experimentais não deixa de ser um tanto paradoxal, quando nada por se considerar que desde muito cedo o estudante associa o surgimento da psicologia científica à criação do laboratório de psicologia experimental por Wilhelm Wundt, em Leipzig, no ano de 1879.

Esta situação, ou pelo menos parte dela, pode ser atribuída ao desconhecimento do papel da experimentação na pesquisa em psicologia ou mesmo a uma certa falta de compreensão dos princípios que regem a metodologia experimental. Estas dificuldades parecem se originar em um terreno comum: a falta de clareza a respeito dos fundamentos ontológicos e epistemológicos da psicologia social. Tentaremos identificar, no presente ensaio, a origem destas dificuldades, assim como indicar as suas possíveis repercussões no desenvolvimento da psicologia, para, finalmente, sugerir uma interpretação alternativa que permita tratar com mais precisão os problemas suscitados por este entendimento indevido do lugar da pesquisa experimental, ou mesmo da pesquisa empírica, na psicologia social.

## Pesquisa Experimental e Não-Experimental

Todo e qualquer pesquisador assume um conjunto de compromissos, que embora poucas vezes sejam explicitamente apresentados, produzem repercussões decisivas na maneira pela qual a atividade científica é concebida e desenvolvida. A utilização de uma das três grandes modalidades de obtenção de dados na psicologia (Coolican, 2004), a experimentação, a observação e o auto-relato, impõe a adesão a compromissos distintos implícita ou explicitamente assumidos por parte do pesquisador (Kish, 1987).

Ao adotar o método de auto-relato como o caminho preferencial para a obtenção de dados empíricos, o pesquisador adere ao entendimento de que mediante a instauração de um dispositivo dialógico é possível adentrar no universo conceitual do interlocutor e, conseqüentemente, circunscrever o sentido das ações humanas através de uma relação usualmente denominada intersubjetiva. Uma modalidade usual de auto-relato é a pesquisa de survey e o compromisso adotado pelo pesquisador que adere a esta modalidade de método é com o princípio da representatividade das amostras, sendo perfeitamente natural afirmar que a principal preocupação metodológica deste tipo de pesquisa se volta para a identificação das condições nas quais os achados obtidos com amostras de dimensões reduzidas possam ser generalizados para a população da qual as amostras foram extraídas.

Se a pesquisa de auto-relato é regida pelo compromisso com a representatividade amostral, o pesquisador que adere à pesquisa observacional estabelece um compromisso com o princípio do realismo das variáveis. Ao delinear o seu estudo mediante a adoção de métodos observacionais, o pesquisador se obriga a aceitar a tese de que determinados objetos estão presentes no mundo natural, a concordar que estes podem ser ostensivamente identificados e reconhecidos e, ademais, assume que é possível esclarecer as relações porventura existentes entre estes objetos.

O compromisso assumido pelo pesquisador que adota a experimentação não é prioritariamente nem com o realismo das variáveis, característico da pesquisa observacional, nem com a representatividade das amostras, característico da investigação conduzida mediante o uso de surveys. Uma vez que a experimentação envolve a manipulação de determinados aspectos do mundo real com o intuito de identificar as relações

não-contingenciais entre duas ou mais variáveis, o compromisso fundamental assumido no presente caso é com o controle da variância de erro, que se obtém, particularmente, com a adoção de estratégias de aleatorização e mediante a identificação da probabilidade com que os resultados possam ser explicados por outros fatores que não aqueles para os quais o experimenter inclina o seu interesse.

Ao exigir que a pesquisa experimental seja regida pelo compromisso com o rigor e o controle metodológico e, ao mesmo tempo, com o realismo das variáveis e com a representatividade das amostras, o pesquisador cobra da pesquisa experimental mais do que ela se dispõe a oferecer. Esta crítica ao método experimental é inócua e como tal não demanda respostas adicionais, a não ser insinuar que os desenhos experimentais de pesquisa se preocupam mais com a validade interna do que com a validade externa (Campbell & Stanley, 1979) e que devem ser interpretados à luz das preocupações com a decomposição da variância total nas variâncias sistemáticas primária e secundária e na variância de erro (Balluerka & Vergara, 2002)

Não é incomum ouvir de muitos psicólogos sociais clamores sobre a ausência de validade ecológica dos estudos experimentais. Esta crítica se fundamenta, na maior parte das vezes, em um entendimento indevido não apenas sobre o que é o método experimental, como também numa concepção errônea a respeito dos princípios ontológicos que orientam a pesquisa na psicologia social. Neste particular, nos parece que os psicólogos desconsideram as pertinentes admoestações sustentadas pelo filósofo Ray Bhaskar a respeito da distinção entre duas dimensões essenciais a serem consideradas em qualquer empreendimento científico. A dimensão intransitiva se refere às proposições a respeito do mundo e das coisas nele encontradas, enquanto a dimensão transitiva se volta para o esclarecimento das estratégias e procedimentos adotados pelos pesquisadores para o estudo do mundo real e dos objetos e eventos nele situados.

A dimensão intransitiva se assenta na suposição de que é essencial estabelecer a separação entre o mundo das aparências e uma série de mecanismos, cuja prova de existência é difícil de ser estabelecida, mas cujos efeitos justificam e devem ser necessariamente incluídos em qualquer tentativa de explicação dos eventos que ocorrem no mundo físico e social. Esta distinção entre o mundo fenomenal e o dos mecanismos impõe a

concepção de que a realidade deve ser apreendida em diferentes níveis, o que configura uma concepção estratificada a respeito do mundo real, bem como dos entes e eventos que nele se manifestam. Um primeiro nível pode ser denominado empírico e corresponde à experiência ordinária das pessoas. Ainda que seja o plano ao qual as pessoas atribuem sentido aos eventos nos quais estão envolvidos e que isto seja imperativo nas crenças que as pessoas acolhem acerca de si mesmas, dos outros e dos acontecimentos que ocorrem no dia a dia, qualquer concepção de ciência que adote como objetivo último obter o conhecimento deste nível de realidade encontra-se irremediavelmente condenada à esterilidade, pois jamais chegará a alcançar a inteligibilidade plena dos mecanismos explanatórios que regem a explicação dos fenômenos sociais.

O nível do real, por sua vez, se refere aos mecanismos inacessíveis à experiência ordinária a serem identificados pelo cientista e que devem ser considerados na explicação dos fenômenos, comportamentos e ações sociais. Duas formas de realismo são particularmente importantes no presente caso, o realismo perceptual, que nos assegura a existência dos objetos no espaço e no tempo de forma independente de nossa experiência perceptual, e o realismo científico, que nos assegura que a atividade dos objetos de inquérito científico independe dos esforços conduzidos pelo pesquisador para estudá-los (Bhaskar, 1987).

Um terceiro nível representa uma tentativa de estabelecer uma ponte entre o ordinário da experiência cotidiana e a inacessibilidade do plano do real. Ele é denominado por Bhaskar pelo termo em língua inglesa 'actual' e se refere a um fluxo de acontecimentos, geralmente produzido em condições artificiais, destinado a isolar e avaliar os mecanismos que se manifestam no nível do real. Deste modo, se um experimento pode ser considerado como uma modalidade de interação social, é importante assinalar que se trata de uma interação que ocorre no plano do actual, não no nível da experiência ordinária cotidiana. Torna-se pertinente, portanto, estabelecer uma distinção entre a pesquisa experimental entendida como cenários criados pelo pesquisador neste nível factual de realidade e a pesquisa *ex post facto*, que representa uma tentativa de observar ostensivamente ou obter registros do plano empírico ordinário com a finalidade de identificar retrospectivamente os mecanismos explanatórios encontrados no plano do real.

## A Emergência de um Sistema de Crenças Relativistas

O fato do mundo real não ser diretamente inacessível não significa que o conhecimento objetivo deva ser definido com uma impossibilidade. O empirismo, uma tese epistemológica relativamente antiga, sugere que a objetividade é possível, tanto no que se refere à dimensão lingüística, ao aceitar que uma entidade descritiva deve ter as propriedades a ela atribuídas na descrição, quanto no que diz respeito à dimensão epistêmica, ao assegurar que a verdade ou a falsidade de um enunciado pode ser avaliada de forma racional ou empírica. A modalidade de empirismo mais próxima dos pesquisadores da psicologia social é o metodológico, cujo principal fundamento reside na crença de que as teorias e hipóteses científicas devem ser submetidas a algum tipo de avaliação empírica. Em contraposição aos relativistas, que rejeitam tanto a objetividade lingüística quanto a epistêmica, os empiristas aceitam esta alternativa, embora restrinjam a possibilidade de se aceder a um conhecimento objetivo apenas nas circunstâncias em que os constructos teóricos possam ser operacionalmente definidos. O realismo é uma posição um pouco mais sutil, pois embora acolha a tese de que a tanto a objetividade lingüística quanto a epistêmica possam ser alcançadas, não se dispõe a aceitar a tese de que os constructos teóricos devam ser operacionalmente definidos (Greenwood, 1994).

Os argumentos relativistas podem ser interpretados, antes de tudo, como uma crítica aos princípios do empirismo, em particular, a uma forma particular pela qual o empirismo se exprimiu no final do século XIX e início do século XX, o positivismo. A origem cultural do relativismo, de acordo com Bunge (1999) pode ser interpretada como uma reação apressada a dois fenômenos sociais, um de natureza histórica, o reconhecimento de que vivemos em um mundo marcado pela variedade de culturas e, conseqüentemente, de distintas pautas comportamentais e o segundo, de natureza epistêmica, o reconhecimento de que vivemos em um contexto no qual impera uma enorme multiplicidade de opiniões a respeito de um mesmo fato ou evento. Este duplo contexto favorece o desenvolvimento da crença relativista de que as circunstâncias sociais e os interesses dos grupos sociais determinam, ou mesmo constituem, o conhecimento. A aceitação deste argumento é compatível, portanto, com a tese relativista de que o conhecimento universal é inviável

e de que qualquer modalidade de conhecimento é limitada pelas nuances do local e da época em que ele foi enunciado.

A dificuldade de aceder a um conhecimento objetivo não seria limitada apenas por esta dispersão histórica e geográfica, uma vez que esta tese se desdobra em um segundo argumento relativista: se os espaços são múltiplos e a quantidade de observadores que se dispõem a elaborar algum conhecimento deste mundo é ilimitada, existem tantas realidades quanto o número de observadores, uma vez que a realidade não passa de uma construção elaborada por um observador para um outro. A formulação mais extremada deste relativismo é a tese solipsista de que apenas o indivíduo subsiste, já que se ele se relaciona apenas com os seus próprios constructos, pois se a sua realidade é única, ele não se encontra em condições de compartilhá-la ou mesmo comunicá-la aos demais.

Estas idéias, embora distintas entre si, estão relacionadas e oferecem o substrato intelectual requerido para a emergência de um sistema de crenças epistemológicas acolhido pelos defensores da concepção relativista, cujos fundamentos se sustentam em duas idéias básicas, a rejeição da possibilidade de objetividade científica e a adesão a uma concepção relativista da verdade. Este sistema relativista se expressa de diferentes formas e na próxima seção discutiremos a forma particular pelas quais estas crenças se manifestam nas discussões sobre o papel da experimentação na psicologia social.

## Os Argumentos Relativistas Contra a Experimentação na Psicologia Social

Publicado há alguns anos no periódico *New Ideas in Psychology*, o artigo de Siu L Chow, “Em defesa dos dados experimentais em um meio relativista” (In defense of experimental data in relativistic milieu) apresenta uma série de reflexões que gostaríamos de retomar no presente artigo.

O artigo de Chow (2005) se preocupa em responder a algumas críticas aos dados obtidos mediante a adoção dos métodos experimentais. Estas críticas, embora genéricas, estão fortemente associadas ao trabalho de dois teóricos, Kurt Danziger e Kenneth Gergen, representativos de uma tradição relativista que procura desqualificar a importância da experimentação como um caminho possível da construção do conhecimento na área da psicologia. Estes argumentos,

nas suas linhas gerais, se referem ao impacto dos fatores sociais no setting experimental, em especial, a tese de que intrusores de diversas ordens impossibilitam a interpretação dos dados obtidos em qualquer experimento psicológico, sugerindo-se, adicionalmente, que os resultados obtidos nos experimentos psicossociais são por demais sensíveis aos valores e convenções culturais para que possam ser levados a sério.

Estes argumentos relativistas contra a experimentação na psicologia social podem ser assim enunciados:

a) dado que o experimento é o paradigma fundamental para a obtenção da objetividade nas disciplinas científicas, a crítica ao experimento representa uma crítica a toda e qualquer pretensão de se aceder a uma psicologia social objetiva;

b) uma vez que todo e qualquer conhecimento é determinado pelo local e pelo tempo, é impossível postular qualquer lei psicológica universal;

c) como existe sempre uma teoria prévia que precede aos dados, qualquer forma de observação neutra está fora de possibilidade; e

d) como é impossível generalizar a partir dos dados obtidos em laboratório, os resultados dos estudos experimentais retratam evidências artificiais, desconectadas de qualquer vínculo com a realidade concreta.

## Respostas aos Argumentos Relativistas

Os argumentos relativistas contra a experimentação são inapropriados por desconsiderarem que o método experimental é delineado de tal forma que a sua estrutura lógica impede os fatores sociais usualmente mencionados como capazes de comprometer as evidências empíricas – experimentador, participante e demanda – tenham os seus efeitos minimizados. O quadro 1, adaptado a partir do artigo supracitado de Chow ajuda a entender as razões pelas quais as críticas relativistas à experimentação na psicologia social são infundadas. Nele estão apresentados os elementos fundamentais da teoria da ameaça dos estereótipos, um programa de pesquisa desenvolvido em meados dos anos 90, cujo objetivo central foi o de submeter a teste empírico a hipótese de que a redução do desempenho em indivíduos afiliados a grupos sociais estereotipados deveria ser explicada pelo impacto das ameaças situacionais e não pela cronificação da ansiedade internalizada (Brown & Pinel, 2003; Rosenthal & Jacobson, 1968; Steele, 1995, 1997).

**Quadro 1.** *Representação esquemática das relações entre o fenômeno a ser explicado, a teoria, as expectativas experimentais e os dados que oferecem suporte empírico à teoria*

<b>Fenômeno</b>	<b>Redução do desempenho de pessoas negras quando submetido, na presença de pessoas brancas, a um teste intelectual com alto grau de dificuldade</b>	
Mecanismo hipotético	Ameaça dos estereótipos	
	Cronificação na ansiedade	Efeito ameaçador dos estereótipos
Propriedade dos mecanismos hipotéticos	Uma longa história de discriminação gera um sentimento crônico de menos-valia, que gera conseqüências negativas na realização da tarefa	A crença que pertence a uma categoria social alvo de estereótipos gera uma redução no desempenho no domínio relacionado com as crenças socialmente estereotipadas
Implicações	A redução do desempenho dependerá do grau de ansiedade e se manifestará em qualquer tipo de domínio, seja ele intelectual ou não	A redução do desempenho ocorrerá exclusivamente no domínio relacionado com os estereótipos, ou seja, com o domínio intelectual
	Steele e Aronson (1995)	
Tarefa experimental	Branco sob condição de ameaça Branco sem condição de ameaça Negro sob condição de ameaça Negro sem condição de ameaça	
Identidade da resposta	A resposta para um problema matemático ou lógico	
Prescrições teóricas	Independente da condição de ameaça, o desempenho dos negros será inferior ao dos brancos	O desempenho dos negros será inferior ao dos brancos exclusivamente na condição de ameaça dos estereótipos
Evidências experimentais	O desempenho dos negros foi inferior ao dos brancos exclusivamente na condição experimental de ameaça dos estereótipos	
Conclusão do experimento	A hipótese da cronificação da ansiedade deve ser rejeitada; não foi encontrada nenhuma evidência que permita rejeitar a hipótese da ameaça dos estereótipos	

Em relação ao argumento a), este parece um pouco despropositado, pois nem toda a psicologia social é conduzida de acordo com os métodos experimentais. A leitura de manuais de psicologia social e metodologia indica claramente um predomínio dos métodos experimentais, embora isto não signifique a supressão dos demais métodos de pesquisa (Manstead & Hewstone, 1996; Reis & Judd, 2000). Esta crítica, incide, sobretudo, sobre a possibilidade da condução de pesquisas psicológicas regidas pelo princípio epistêmico da obje-

tividade. Aqui o problema parece se originar em uma certa confusão entre o objeto de pesquisa e os recursos disponíveis pelo pesquisador para a condução dos estudos empiricamente fundamentados, em particular em relação aos tipos de fenômenos que podem ser submetidos à investigação psicossocial. Alguns destes fenômenos são claramente refratários a qualquer tipo de abordagem experimental, como por exemplo, a experiência fenomenológica; outros fenômenos, no entanto, tais como os automatismos, as heurísticas, as distintas for-

mas de julgamento social ou a ativação dos estereótipos têm sido estudados com um grau razoável de sucesso.

A crítica apresentada na proposição b) pode ser contestada a partir da diferenciação anteriormente estabelecida entre a dimensão intransitiva e a dimensão transitiva do conhecimento. De fato, se o conhecimento é transitivo, ele reflete as circunstâncias históricas, sociais ou geográficas que lhes deram origem. O fenômeno psicológico, por sua vez, situa-se no domínio do real e como tal é regido por mecanismos que escapam a estas influências. Desta forma, o interesse pelo estudo da ameaça dos estereótipos pode ser interpretado como o resultado de um conjunto de influências, cujas origens históricas e culturais podem ser facilmente identificadas. Ademais, pressões sociais e políticas são responsáveis pela assunção de movimento voltado para inverter a prioridade no campo de estudo dos estereótipos, com uma acentuada preocupação com o estudo deste fenômeno desde a perspectiva do alvo, em contraposição à corrente principal dedicada ao estudo deste fenômeno segundo a perspectiva do percebido. Isto não significa, no entanto, que este fenômeno não tenha um caráter de universalidade. A tese central é a de que onde quer que existam grupos alvos de crenças socialmente estereotipadas, o desempenho das pessoas que pertencem a estes grupos ao realizar alguma atividade relacionada com a crença estereotipada sofrerá algum tipo de impacto. De fato, uma série de evidências empíricas demonstra que este fenômeno é recorrente e que pode ser cientificamente replicado, em vários contextos e nos vários domínios (Ambady, Shih, Kim & Pittinsky, 2001; Aronson, Lustina, Good, Keough, Steele & Brown, 1998; Spencer, Steele & Quinn, 1999; Steele, James & Barnett, 2002). Em suma, a crítica apresentada em b) não procede, pois ainda que a construção do conhecimento seja uma empresa marcada pela dimensão da transitividade, o fenômeno, enquanto tal, por envolver mecanismos psicológicos ainda distantes de serem decifrados, é intransitivo, e independe do contexto no qual ele se manifesta.

Em relação à proposição c), é imperativo sustentar a tese de que a interpretação dos dados experimentais não é determinada pelos fatores sociais, como, por exemplo, o efeito de demanda, do participante ou do experimentador. Os elementos encontrados no quadro 1 deixam claro que o objetivo do experimento não é simplesmente investigar um fenômeno, no caso, a redução do desempenho de pessoas negras quando

submetido, na presença de pessoas brancas, a um teste intelectual com alto grau de dificuldade, mas sim o de submeter à prova o efeito de um hipotético mecanismo teórico, a ameaça dos estereótipos, na redução do desempenho. O mecanismo hipotético, enquanto tal, não pode ser observado e nem mesmo submetido a teste, pois apenas as implicações decorrentes do impacto deste mecanismo no desempenho o que podem ser submetidas à avaliação empírica. Assim, se a cronificação da ansiedade for o mecanismo responsável pela redução do desempenho, este ocorrerá em qualquer domínio; se, ao contrário, esta redução for decorrente da ameaça dos estereótipos, este déficit no desempenho ocorrerá exclusivamente nas tarefas relacionadas com o domínio das crenças estereotipadas.

A tarefa experimental, por sua vez, não deve ser interpretada como a reprodução no microcosmo do laboratório de fenômenos que ocorrem em uma escala mais ampla; ao contrário, para que sejam asseguradas as condições que permitam um acréscimo na intensidade do efeito da variável independente, o controle da variância de erro sistemática e a minimização do erro aleatório (Kerlinger, 1986), o setting experimental deve ser forçosamente artificial, o que se consegue, no caso, mediante a implementação de um desenho fatorial relativamente simples através do qual participantes brancos e negros são alocados a diferentes grupos experimentais com a finalidade de que os seus desempenhos sejam avaliados quando submetidos ou não à condição de ameaça dos estereótipos. Este desempenho representa, por sua vez, a identidade de resposta, ou seja, as respostas para uma série de problemas intelectuais, que geram um escore corrigido, adotado como critério para definir o padrão de desempenho dos participantes alocados aos diferentes grupos experimentais.

A identidade de resposta serve, portanto, como critério para avaliar as prescrições teóricas, ou seja, as hipóteses submetidas ao teste empírico. A hipótese da cronificação da ansiedade prescreve que um desempenho inferior dos participantes negros em relação aos brancos, independente da ameaça dos estereótipos, ou seja, determina que ela se manifestará de forma transversal a todo e qualquer domínio de conhecimento. A prescrição da hipótese da ameaça dos estereótipos é mais pontual, pois aposta que a redução do desempenho ocorrerá exclusivamente entre os participantes negros alocados à condição de ameaça dos estereótipos. As evidências experimentais, avaliadas mediante um teste estatístico

apropriado para o tratamento analítico dos dados, no caso, a análise de covariância, não deixa dúvidas sobre o efeito e permite ao pesquisador assegurar que o desempenho dos participantes negros foi inferior ao dos brancos exclusivamente entre aqueles alocados à condição de ameaça dos estereótipos. A partir destas evidências experimentais, o experimento permite concluir que a hipótese da cronificação da ansiedade deve ser rejeitada, ao mesmo tempo em que sugere não terem sido encontradas quaisquer evidências que permitam rejeitar, pelo menos por ora, a hipótese da ameaça dos estereótipos que, enquanto tal, sobreviveu ao teste de hipótese.

Em relação ao argumento d), é importante assinalar que os experimentos são desenhados para resolver disputas teóricas. Como raramente os fenômenos psicológicos são objetos de disputa, dificilmente, nos tempos atuais, um experimento psicológico é convocado para demonstrar ostensivamente a existência de um fenômeno psicológico. Assim, as evidências de que algumas categorias sociais estão sujeitas a um desempenho insatisfatório em certos domínios do conhecimento estão firmemente estabelecidas. O que está em disputa é o valor das hipóteses explicativas, particularmente as hipóteses que se referem a mecanismos hipotéticos não-observáveis (Blascovich, Spencer, Quinn & Steele, 2001; Inzlicht, M. & Ben-Zeev, 2000; Leyens, Désert, Croizet & Darcis, 2000; McIntire, Paulson & Lord, 2003; O'Brien & Crandall, 2003; Osborne, 2001; Sekaquaptewa & Thompson, 2003; Smith & White, 2001). Deste modo, um experimento deve ser interpretado como um evento criado pelo pesquisador com a finalidade de submeter à prova teorias psicológicas e não para colocar à prova o fenômeno em si mesmo. A preocupação com a validade ecológica não é um compromisso fundamental; interessa, sobretudo, a objetividade e o rigor metodológico, obtido mediante a instauração de um dispositivo pelo qual seja possível postular uma observação descomprometida, ainda que dependente de uma teoria. Isto é possível apenas nas circunstâncias em que se estabeleça uma distinção entre uma observação inicial e uma observação evidencial e entre uma hipótese particular a ser corroborada e uma teoria geral que ofereça o substrato para a corroboração ou não da própria teoria a partir da identidade, ou seja, daquilo que é colocado em evidência pelas respostas dos participantes.

## Conclusões

Parece pouco plausível defender a tese de que a psicologia poderia prescindir de um método adotado com sucesso em várias outras disciplinas científicas. A psicologia social tem se nutrido ao longo de suas décadas de desenvolvimento de estudos conduzidos sob a égide das metodologias experimental e correlacional. O experimento representa um dos compromissos possíveis com o campo de estudos da psicologia social.

Com a adoção da metodologia experimental o pesquisador se compromete com o realismo, passando a admitir a possibilidade de estabelecer algum trânsito entre a experiência cotidiana e os mecanismos psicológicos e sociais subjacentes, donde a caracterização de um experimento como a criação de um espaço artificial, preparado e arranjado pelo pesquisador, com a finalidade de testar hipóteses derivadas das diversas matrizes teóricas da psicologia social.

Este domínio da realidade é criado pelo pesquisador com a finalidade de preparar, ativar e modificar o estado de entes<sup>1</sup> e eventos<sup>2</sup>, de expressão real ou virtual. As respostas dos participantes a estas modificações de estados são registradas e submetidas a análises, conduzidas de acordo com a lógica do raciocínio indutivo. Mediante a análise das variâncias concomitantes na expressão é possível estabelecer identificar relações não-contingenciais entre as variáveis, ou seja, relações que não podem ser explicados pela mera flutuação amostral. Uma evidência experimental, portanto, é o resultado da ativação de um certo princípio organizador. Um experimento não pode ser qualificado,

1 A discussão acerca da existência real de entes sociais como multidões ou a mente grupal é um assunto controverso, porém marcante na origem da psicologia social, mas que parece ter arrefecido com o passar dos anos. Recentemente, graças aos trabalhos desenvolvidos sob a égide do conceito de entitatividade, o assunto tem despertado um amplo interesse, sendo possível destacar quatro tipos de entes, candidatos a objeto de estudo da psicologia social: os agregados (*loose groups*), as categorias sociais, os grupos orientados para a tarefa e os grupos de intimidade (Denson, Lickel, Curtis, Stenstrom & Ames, 2006; Lickel, Hamilton & Sherman, 2001; Lickel, Hamilton, Wierzchowska, Lewis, Sherman & Uhles, 2000).

2 A principal contribuição para o estudo dos eventos psicossociais está subordinada à teoria folk da explicação do comportamento social, desenvolvida por Bertram Malle. Esta teoria postula quatro tipos de eventos passíveis de explicação, as ações, que seriam intencionais e observáveis, os comportamentos, que seriam não-intencionais e observáveis, os pensamentos intencionais, que seriam intencionais e não-observáveis e, por fim, as experiências, que seriam não-intencionais e não-observáveis (Malle, 1999; 2006)

estritamente falando, como um fenômeno social. Para ser mais preciso, ele o é, à sua maneira, embora não se confunda, em qualquer instância, com os fenômenos que se manifestam na experiência cotidiana. Ele deve ser interpretado como um espaço artificial engendrado e preparado pelo pesquisador e a sua importância na pesquisa na psicologia social deve ser destacada, pois apenas ele permite o estabelecimento de algum tipo de relação de correspondência entre os fenômenos que se manifestam durante a experiência ordinária e os mecanismos reais que de forma implícita ou ostensiva interferem na vida dos seres humanos.

## Referências

- Ambady, N., Shih, M., Kim, A., & Pittinsky, T. (2001). Stereotype susceptibility in children: effects of identity activation on quantitative performance. *Psychological Science, 12* (5), 385-390
- Aronson, J., Lustina, M., Good, C., Keough, K., Steele, C., & Brown, J. (1998). When white men can't do math: necessary and sufficient factors in stereotype threat. *Journal of Experimental Social Psychology, 35*, 29-46.
- Balluerka, N., & Vergara, I. (2002). *Diseños de investigación experimental em psicología*. Madrid: Pearson Educación.
- Bhaskar, R. (1987). *Scientific realism and human emancipation*. London: Verso.
- Blascovich, J., Spencer, S., Quinn, D., & Steele, C. (2001). African Americans and high blood pressure: the role of stereotype threat. *Psychological Science, 12* (3), 225-229
- Brown, R., & Pinel, E. (2003). Stigma on my mind: individual differences in the experience of stereotype threat. *Journal of Experimental Social Psychology, 39* (6), 626-633
- Bunge, M. (1999). *Buscar la filosofía en las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno.
- Campbell, D., & Stanley, J. (1979). *Delineamento experimentais e quase-experimentais em psicologia*. Tradução Renato Alberto T. Di Dio. São Paulo: EPU/EDUSP.
- Chow, S. (2005). In defense of experimental data in a relativistic milieu. *New Ideas in Psychology, 13* (3), 259-279.
- Coolican, H. (2004). *Research Methods and Statistics in Psychology*. London: Hodder & Stoughton.
- Denson, T., Lickel, B., Curtis, M., Stenstrom, D., & Ames, D. (2006). The roles of entitativity and essentiality in judgments of collective responsibility. *Group Processes & Intergroup Relations, 9* (1), 43-61
- Greenwood, J. (1994). *Realism, identity and emotion. Reclaiming social psychology*. London: Sage
- Inzlicht, M. e Ben-Zeev, T. (2000). A threatening intellectual environment: why females are susceptible to experiencing problem-solving deficits in the presence of males. *Psychological Science, 11*, 365-371
- Reis, H., & Judd, C. (2000). *Handbook of research methods in social and personality psychology*. Cambridge: Cambridge Press.
- Kerlinger, F. (1986). *Foundations of behavioral research*. New York: Holt, Rinehart e Winston.
- Kish, L. (1987). *Statistical design for research*. New York: Wiley.
- Leyens, J-P., Désert, M., Croizet, J-C., & Darcis, C. (2000). Stereotype threat: are lower status and story of stigmatiation preconditions of stereotype threat? *Personality and Social Psychology Bulletin, 26* (10), 1189-1199
- Lickel, B., Hamilton, D. L., & Sherman, S. J. (2001). Elements of a lay theory of groups: Types of groups, relational styles, and the perception of group entitativity. *Personality and Social Psychology Review, 5*, 129-140.
- Lickel, B. Hamilton, D., Wiczcorska, G, Lewis, A., Sherman, S., & Uhles, A. (2000). Varieties of groups and the perception of group entitativity. *Journal of Personality and Social Psychology, 78*, 223-246
- Malle, B. (1999). How people explain behavior: a new theoretical framework. *Personality and Psychology Social Review, 3*, 23-48
- Malle, B. (2006). *How the mind explains behavior. Folk explanations, meaning and Social Interactions*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Manstead, A., & Hewstone, M. (1996). *The Blackwell encyclopedia of social psychology*. Oxford: Blackwell.
- McIntire, R., Paulson, R., & Lord, C. (2003). Alleviating women's mathematics stereotype threat through salience of group achievements. *Journal of Experimental Social Psychology, 39*, 83-90
- O'Brien, L. E., & Crandall, C. (2003). Stereotype threat and arousal: effects on women's math performance. *Personality and Social Psychology Bulletin, 29* (6), 782-789
- Osborne, J. (2001). Testing stereotype threat: does anxiety explain race and sex differences in achievement? *Contemporary Educational Psychology, 26*, 291-310
- Rosenthal, R., & Jacobson, L. (1968). *Pygmalion in the classroom: Teacher expectation and pupils' intellectual development*. New York: Rinehart and Winston.
- Sekaquaptewa, D., & Thompson, M. (2003). Solo status, stereotype threat, and performance expectancies: their effect on women's performance. *Journal of Experimental Social Psychology, 39*, 68-74
- Smith, J., & White, P. (2001). Development of the domain identification measure: a tool for investigating stereotype threat effects. *Educational and Psychological Measurement, 61* (6), 1040-1057
- Spencer, S., Steele, C. E., & Quinn, D. (1999). Stereotype threat and women's math performance. *Journal of Experimental Social Psychology, 35*, 4-28.

Steele, C. (1997). A threat in the air. How stereotypes shape intellectual identity and performance. *American Psychologist*, 52, 6, 613-629

Steele, C. (1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69 (5), 797-811

Steele, J., James, J., & Barnett, R. (2002). Learning in a man's world: examining the perception of undergraduate women in male-oriented academic areas. *Psychology of Women Quarterly*, 26, 46-50

**Endereço para correspondência:**

Rua Rodrigo Argolo, 293 apto 502 – Rio Vermelho

CEP 41940-220 – Salvador – Bahia

E-mail: memanoel@gmail.com

Recebido em Setembro de 2010

Revisto em Outubro de 2010

Aceito em Novembro de 2010